

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”**

**Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

NATALIE NAIE SANTOS ROSA

FAMÍLIA, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SEXUALIDADE



ARARAQUARA – S.P.

2024

NATALIE NAIE SANTOS ROSA

FAMÍLIA, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SEXUALIDADE

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Sérgio Custódio

ARARAQUARA-S.P.

2024

R788f

ROSA, NATALIE NAIE SANTOS
FAMÍLIA, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SEXUALIDADE /
NATALIE NAIE SANTOS ROSA. -- Araraquara, 2024
79 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Vagner Sérgio Custódio

1. Família. 2. Deficiência intelectual. 3. Sexualidade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

NATALIE NAIE SANTOS ROSA

FAMÍLIA, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SEXUALIDADE

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Sérgio Custódio

Data da defesa: 19/03/2024

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Vagner Sérgio Custódio

Faculdade de Engenharia e Ciências de Rosana – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho

Membro Titular: Profa. Dra. Cláudia Ramos de Souza Bonfim

Departamento de Educação – Faculdade Dom Bosco

Membro Titular: Profa. Dra. Bernadete Lema Mazzafera

Programa de Pós-graduação em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias – Faculdades Integradas Norte do Pará

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esta pesquisa à minha irmã, Mairê Naiane dos Santos Rosa (em memória) que foi e continua sendo minha maior inspiração de vida, foi por meio desta que aprendi que a deficiência se trata apenas de uma condição e não estabelece diagnóstico no que diz respeito ao ser como humano. E a todos aqueles que estão vivos e que com meu conhecimento adquiridido até aqui eu irei colaborar, trabalhando e estudando por um efetivo desenvolvimento pleno e integral como cidadãos de direito...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças e saúde, conduzindo tudo até aqui.

Ao meu orientador Dr. Vagner Sérgio Custódio, que desde o primeiro contato foi extremamente solícito, empático e cuidadoso com tudo o que projetamos juntos.

A minha Pr. Me. Aline Crociari, que me encantou como profissional e ser humano, me impulsionou a batalhar não só pelo Título de Mestre, mas por tudo aquilo que eu acredito dentro da educação.

Aos meus pais e meu marido, por todo apoio e pela credibilidade que sempre depositam em mim.

A Unesp, e aos profissionais incríveis que tive a oportunidade de conhecer e absorver conhecimento e experiências de um pouco de cada para meu crescimento profissional.

A minha irmã Nairê (Em memória), que foi, é e sempre será minha inspiração de vida.

A todos os meus alunos, que passaram, e ainda passarão por meu caminho, vou sempre lutar por vocês.

E por fim, a mim mesma, por ter acreditado que uma experiência pessoal de vida pudesse se tornar um estudo científico e assim ajudar famílias e estudantes por meio do percurso profissional. Valeu cada minuto.

“Quanto mais a sociedade se distancia da verdade, mais ela odeia
aqueles que a revelam.”

(Selwyn Duke, 2009, para. 19).

RESUMO

A pesquisa apresentada, tem como objetivo geral estudar as percepções e ações da família referente a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual, e transmitir, através de uma cartilha, informações fidedignas às famílias sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual, assim como contribuir de forma facilitadora a mediação dos docentes na prática dessa orientação com a família. A escolha de trabalhar as experiências vividas da pessoa com deficiência intelectual através das percepções da família, foi despertada por compreender que existem dificuldades em se efetivar essas vivências sem o apoio daqueles que estão na responsabilidade da primeira educação do indivíduo e por isso necessitam de um acompanhamento e aprofundamento do tema em questão. Algumas famílias estigmatizam opiniões embasadas no contexto social e cultural que vivem, carregando muitos estereótipos, preconceitos e suposições que indubitavelmente são transferidos aos seus filhos. As pessoas com deficiência intelectual precisam ter sua sexualidade respeitada como direito e a família deve ser considerada um ambiente importante para o ponto de partida. A pesquisa é de abordagem qualitativa e para a coleta de dados utilizou-se um formulário eletrônico direcionado aos pais de famílias de alunos de duas instituições que atendem pessoas com deficiência, com perguntas de opinião referentes ao entendimento da sexualidade de seus filhos. Esse estudo teve 20 participantes, a análise das respostas do questionário foram classificadas conforme a ocorrência e analisadas e comentadas qualitativamente. Se considera que esta pesquisa trará contribuições para a efetivação da vivência da sexualidade desse público e dará apoio na atuação dos educadores em relação ao desenvolvimento do tema, além de trazer questionamentos para futuras pesquisas da área.

Palavras-Chave: Família; Deficiência intelectual; Sexualidade

ABSTRACT

The above research project has the general objective of understanding that sexuality should be experienced by people with intellectual disabilities with responsibility within the family, regarding their rights as citizens, as well as contributing in a facilitating way to the mediation of teachers in the practice of this orientation with the family. The choice to work on the lived experiences of the person with Intellectual Disability through the perceptions of the family, was awakened by understanding that there are difficulties in realizing this experience without the support of those who are responsible for the individual's first education and therefore need a follow-up and deepening of the theme in question. Some families stigmatize opinions based on the social and cultural context in which they live, carrying many stereotypes, prejudices and assumptions that are undoubtedly transferred to their children. People with intellectual disabilities need to have their sexuality respected as a right and the family should be considered an important starting point environment. For this, an electronic form was used, directed to parents of families of students from two institutions that serve people with disabilities, with questions referring to opinions related to the understanding of their children's sexuality. This study resulted in 20 responses, classified according to occurrence and qualitatively analyzed and commented. It will thus bring contributions to the realization of the experience of sexuality of this public and as well as in the performance of educators in relation to the development of the theme, in addition to bringing questions and answers for future research in the area.

Keywords: Family; Intellectual disability; Sexuality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro 1 - Respostas representativas da pergunta 1	41
Figura 2 – Quadro 2 - Respostas representativas da pergunta 2	42
Figura 3 – Quadro 3 - Respostas representativas da pergunta 3	43
Figura 4 – Quadro 4 - Respostas representativas da pergunta 4	44
Figura 5 – Quadro 5 - Respostas representativas da pergunta 5	45
Figura 6 – Quadro 6 - Respostas representativas da pergunta 6	46
Figura 7 – Quadro 7 - Respostas representativas da pergunta 7	47
Figura 8 – Quadro 8 - Respostas representativas da pergunta 8	48
Figura 9 – Quadro 9 - Respostas representativas da pergunta 9	49
Figura 10 – Capa "Cartilha de Orientação para a Família: Sexualidade da Pessoa com Deficiência Intelectual	50
Figura 11 – Capacitismo	51
Figura 12 – Sexualidade na condição da pessoa com deficiência intelectual.....	52
Figura 13 – Saúde reprodutiva.....	52
Figura 14 – Descobertas e autoconhecimento do corpo	53

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 INTRODUÇÃO.....	12
2 SEXUALIDADE: UM DESAFIO ATITUDINAL	15
3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TRANSTORNOS MENTAIS: O IMPACTO DO ESTIGMA E DOS MARCADORES SOCIAIS.....	21
4 SAÚDE REPRODUTIVA, PLANEJAMENTO FAMILIAR E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	24
5 CARTILHA DIGITAL.....	36
6 MÉTODO	37
6.1. Tipo de pesquisa	37
6.2 Participantes da Pesquisa	37
6.3 Procedimentos.....	38
6.4 Análises das informações	38
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
8 CARTILHA DE ORIENTAÇÕES SOBRE SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL VOLTADA PARA PAIS E FAMILIARES.....	50
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICES	59
APÊNDICE 1 - CARTILHA DE ORIENTAÇÃO PARA A FAMÍLIA: SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	60

APRESENTAÇÃO

O interesse inerente em estudar as percepções e ações da família referente à sexualidade das pessoas com deficiência intelectual surgiu devido a experiências pessoais e profissionais. Ao cursar a especialização em Educação Especial na Área da Deficiência Intelectual, a ânsia por esse estudo intensificou-se, por assim perceber que o âmbito familiar, sendo a primeira dimensão social vivenciada pelo indivíduo, necessita de preparo para tratar melhor questões consideradas complexas e desafiadoras.

O convívio com minha irmã que nasceu com Síndrome de Down trouxe questionamentos sobre alguns comportamentos esquivos da família quando se tratava da sua sexualidade. Diante de diversos acontecimentos observados em esfera familiar, tais como ouvir as seguintes frases: “Ela não pode ser mãe”; “Melhor uma laqueadura para não correr o risco de engravidar”. E por vezes também presenciar uma inexistência de respostas quando surgiam dúvidas da outra parte, tais como: “Vou poder casar e ter filhos?”; “Como faz para ter filhos?”; “Posso namorar quando?”. Isso e muito mais fizeram com que considerasse o tema e resolvesse pesquisar agudamente a fim de desconstruir tais barreiras atitudinais. Além do anterior, teve algumas vivências profissionais que também me impulsionam a esse estudo pois percebi em entidades filantrópicas, que trabalham no atendimento de pessoas com deficiência, uma certa carência de conhecimento, curiosidade e preocupação por parte dos pais e familiares sobre o tema em questão.

A frente destas práticas apresentadas em ambos os ambientes de formação, torna-se notório o quanto um ambiente familiar carregado de estereótipos, preconceitos e pré-julgamentos podem afetar negativamente na construção da identidade e comportamento do indivíduo com deficiência intelectual, expandindo involuntariamente para o ambiente escolar. E diante dessa vivência surgiu a ideia de desenvolver uma estratégia voltada para a conscientização das famílias, a atividade escolhida foi a construção de uma cartilha, por ser um recurso instrucional objetivo e fácil, que fixa a aprendizagem. Segundo (Mendonça, 2017), o método da cartilha surgiu pela necessidade da alfabetização de crianças, sua origem é portuguesa e foi comprovada sua eficiência.

No caso deste mestrado, a alfabetização que se pretende alcançar nessas famílias não se trata de um sistema ortográfico, mas sim, de uma propagação do ensino sobre sexualidade, de uma forma leve, clara e compreensível. A Revista Brasileira de Enfermagem (Moura et al., 2017) utilizou o mesmo método da cartilha sobre o tema insulino-terapia para crianças com diabetes e justifica a eficácia dessa implementação ao salientar que os aspectos lúdicos aliados

ao cognitivo é uma estratégia importante para a aprendizagem de conceitos complexos. A sexualidade sendo um conceito com diversas camadas de informação e categorias torna-se também complexo, trazendo a necessidade de ser tratado da forma mais esclarecida possível.

O atrativo da cartilha é a forma clara e objetiva de se tratar um assunto intrincado, poderá ser trabalhada dentro dos espaços escolares, por meio de palestras em conjunto com a comunidade, pensando em um público mais vulnerável e que supostamente possam não ser alfabetizados, assim teriam acesso às informações, porém de forma mais diretiva. E pode ser disponibilizada em sites, ou plataformas para o acesso individual de qualquer família, propiciando o entendimento dos conceitos, assuntos e possibilidades da educação sexual, sanando dúvidas e desmistificando valores enraizados que anteriormente, sem um conhecimento formal, poderiam impossibilitar a participação efetiva da pessoa com deficiência intelectual em todas as áreas da sua vida, mas em destaque, a sexual.

Essa cartilha poderia melhorar os problemas que envolvem a falta de educação sexual e os estigmas em torno dos grupos de pessoas com deficiência, principalmente a intelectual, o trabalho com as famílias, pode proporcionar novas visões, facilitando as orientações referente a sexualidade desses sujeitos, tanto a eles quanto por meio das escolas, pois percebe-se uma grande resistência em ambientes escolares de alavancar o assunto, justamente por ter um entrave vindo da parte familiar.

A conjuntura familiar e profissional estimulou a busca por novas instruções sobre o tema, além de ponderar as possibilidades de contribuição e uma melhor habilitação para a família, respeitando valores, crenças, culturas, oportunizando conhecimento científico para que assim se consiga exercer efetivamente a vivência da sexualidade.

A vista disso, redigi essa dissertação intencionando contribuir com a família, principal eixo a ser diligenciado para que ocorra uma efetivação íntegra dos direitos sexuais da pessoa com deficiência intelectual.

1 INTRODUÇÃO

A família é a primeira instituição do indivíduo, que traz a dominância de fatores sociais sobre os naturais, sendo assim, a constituição familiar é norteada culturalmente, Lacan (2008).

Segundo o autor (Lacan, 2008, p. 9):

Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Se as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e dos costumes, a conservação das técnicas do patrimônio são com ela disputados por outros grupos sociais, a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua acertadamente chamada de materna

Ainda na visão do autor referenciado, apesar de haver outras instituições sociais como a escola, os espaços religiosos ou a política, a principal base para a transmissão cultural do sujeito é a própria família. Deste modo, a partir do que Lacan (2008) denomina de complexo familiar, o comportamento psíquico do indivíduo se desenvolve dentro de um contexto ambiental e sociocultural por influência da família. Atrelado ao pensamento do autor acima, Solomon (2012, p. 10) complementa:

Devido a uma transmissão de identidade de uma geração para a seguinte, a maioria dos filhos compartilha ao menos algumas características com os pais. São o que chamamos de identidades verticais. Atributos e valores são transmitidos de pai para filho, através das gerações, não somente através de cadeias de DNA, mas também de normas culturais compartilhadas... Muitas vezes, porém, alguém tem uma característica inata ou adquirida que é estranha a seus pais e, portanto, deve adquirir identidade de um grupo de iguais. É o que chamamos de identidade horizontal. As identidades horizontais podem refletir genes recessivos, mutações aleatórias, influências pré-natais ou valores e preferências que uma criança não compartilha com seus progenitores.

O autor supracitado ressalta o fato de muitos pais terem seus filhos como uma extensão de si mesmos e aponta dois conceitos: identidade vertical e identidade horizontal. Dentro dessa perspectiva, a pessoa com deficiência intelectual se enquadra na identidade horizontal, pois ao

ter uma característica marcante em comparação ao resto da família, pode ser considerada uma afronta. Por esse motivo, torna-se necessário conhecimento, competência e ações que pais típicos não têm qualificação para oferecer.

Existe um entrave familiar em vários aspectos da vida da pessoa com deficiência intelectual e a construção de sua autonomia em determinadas esferas, uma das mais desafiadoras é a vivência da sexualidade.

Nesse sentido, Moreira (2011) considera que a sexualidade é restrita somente a adultos saudáveis e que o manifestar deste atributo em pessoas com deficiência intelectual é motivo de apreensão da família por ser considerado exacerbado ou inexistente. A autora defende a sexualidade como essencial para a vida do indivíduo e traz dentro de um conceito amplo, as formas de manifestação dessa vivência que não restringe-se apenas ao uso dos órgãos genitais, mas também envolve a afetividade.

Evidencia Moreira (2011, p. 43):

Muitos problemas advindos do desenvolvimento fisiológico e do comportamento da pessoa com deficiência intelectual podem ser evitados pela educação sexual. Para isto, é necessário o empenho da família no sentido de educar o indivíduo para viver de acordo com as convenções sociais.

E continua,

As pessoas com deficiência intelectual geralmente apresentam dificuldade de assimilar os limites e as regras sociais, o que requer paciência e interesse dos pais e educadores para ajudarem-nas a vencer essas dificuldades acentuadas pela falta de amigos e pelos preconceitos sociais (Moreira, 2011, p. 45).

Por conseguinte, essa tarefa deve ser mediada por profissionais que tenham conhecimentos e possam transmitir a ideia de sexualidade de forma amável e satisfatória. Um programa de educação sexual foi implantado no Instituto Pestalozzi da Bahia, escola especializada para pessoas com deficiência intelectual.

Para comprovação, Moreira (2011, p. 90) nos diz “A conversa com os pais (atividade 2) foi essencial para o estabelecimento da proposta e definição dos alunos que iriam vivenciar o programa de educação sexual”.

Ponderando essas considerações como fundamentação teórica da pesquisa, torna-se

necessário aprofundar os estudos das relações familiares com o objetivo de compreender a percepção dos pais sobre a sexualidade da pessoa com deficiência, referente ao ônus dessa instituição sobre a vivência da sexualidade de maneira responsável às pessoas com deficiência intelectual.

Ao final do estudo espera-se que esse possa ser uma ferramenta capaz de produzir reflexões sobre o tema e que por meio dele as pessoas ao se apropriarem do conhecimento científico aqui sistematizado modifiquem suas consciências e conseqüentemente suas atitudes na forma de educar sexualmente as pessoas com deficiência intelectual, agregando conhecimento teórico fundamentado, sendo possível abordar a problemática da sexualidade dos indivíduos com deficiência intelectual, proporcionando a implicação de ações, respeitando a origem, as crenças e desmistificando, com embasamento científico, as barreiras atitudinais criadas no contexto social ao qual este indivíduo pertence e está intrinsecamente inserido.

2 SEXUALIDADE: UM DESAFIO ATITUDINAL

Pessoas com deficiência passam por diversas dificuldades de acessibilidade, no nosso contexto social, as barreiras são inúmeras, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) traz a luz a definição dessas barreiras que são de ordem urbanísticas, ou seja, espaços coletivos, arquitetônicas, transporte; de comunicação e informação, tecnológicas e atitudinais, que estão ligadas às atitudes e comportamentos. Lutz, Baptista e Kort (2020, p. 4) elucidam a atitudinal:

Os valores são as ideias éticas que auxiliam na avaliação das condutas, As atitudes são a forma como cada pessoa atua de acordo com seus valores. As normas constituem a forma combinada de realizar certos valores compartilhados por uma coletividade indicando valores compartilhados por uma coletividade, indicando o que pode ou não pode fazer no grupo. Todos estes grupos estão relacionados tendo em comum componentes, cognitivos (conhecimentos e crenças), afetivos (sentimentos e preferências), condutais (ações e declarações de intenção).

De quais direitos se fala? No capítulo II da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), no artigo 8º, diz sobre o dever que o Estado e a família têm com a pessoa com deficiência, nesse sentido devem garantir a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e maternidade, à alimentação, à habitação e à educação.

Ao se deparar com este artigo, não há nenhuma diferença de direitos entre uma pessoa com deficiência e outra com desenvolvimento típico, o que caracteriza a necessidade de uma equidade.

Mas, falar do direito à vida, à saúde, à alimentação, à habitação, ou à educação, por exemplo, parece ser mais comum. E quanto ao direito à sexualidade? Se está claro e estabelecido nos parâmetros do Estatuto da Pessoa com Deficiência que a efetivação da sexualidade deve ser assegurada pelo Estado, sociedade e família, qual o motivo dessa garantia ainda não ocorrer de forma contundente?

Onde estão as políticas públicas dentro dessa temática para facilitar o cumprimento dos direitos sexuais desse público? Em que a sociedade está contribuindo para uma inclusão efetiva desses indivíduos em seu meio? E a família? A primeira dimensão social que essas pessoas têm acesso. O que essa instituição de tamanha importância está movimentando para que esse indivíduo seja validado como pessoa antes de sua condição?

Quanto ao dever do Estado, existem alguns documentos internacionais que asseguram os direitos sexuais das pessoas com deficiência, no artigo 16 da declaração Universal dos Direitos Humanos, que contempla o consentimento ao casamento e constituição familiar a partir da idade núbil (16 anos) desde que com autorização dos responsáveis e também no artigo 23 do Estatuto da pessoa com deficiência que garante este mesmo direito em igualdade de condições com as demais pessoas (França, 2014). Mas, sociedade e família? Gonçalves e Barbosa (2020, p. 4) ressaltam:

O assunto deficiência intelectual é algo que costuma ser de interesse apenas da família, professores e especialistas da área, e quando surge em conversas cotidianas, somente são destacados aspectos negativos, sentido apenas pelos membros que lidam com a situação.

Partindo deste pressuposto, percebe-se um desinteresse da sociedade sobre os aspectos que envolvem as pessoas com deficiência intelectual e tão pouco o que diz respeito à sexualidade. Existe um caminho longo de evolução a ser percorrido, que exige muita desconstrução, conscientização e maior visibilidade no que tange os direitos e deveres destes indivíduos dentro de sociedade. Quais as probabilidades de se construir uma sociedade mais tolerante e adepta a buscar conhecimento, se estas vierem a partir da iniciativa de olhar para o próprio comportamento? E assim entender, que muitos problemas sociais permanecem advindo da resistência em modificá-lo.

Ao citar o desafio atitudinal, compreende-se a relação de atitudes e comportamentos, ações e reações a determinadas situações, falar de atitudes, é falar de desafios. E o que se desafia? Crenças, valores, princípios, modos de criação, cultura, história, ambientes, meio social. Por mais que existam regras sociais, a ética e a moral, e que este conjunto permeia o estabelecimento de uma boa convivência, os seres são subjetivos, são construídos de particularidades, tornando assim mais complexo os movimentos de desconstrução em quaisquer que seja a pauta social.

Quando o pensamento sobre algo é estabelecido, o próximo passo é senti-lo e atuar de forma constante, diante disso, essa atuação frequente é a concretização de que uma atitude foi apreendida (Zabala, 1998).

De acordo com essa premissa, entende-se a importância das consequências que se pode ter por meio das atitudes, como isso impacta diretamente no meio social. Pessoas com

deficiência, em específico a intelectual, ao qual se trata o objeto desse estudo, enfrentam diariamente a barreira das atitudes, seja na sociedade, em espaços escolares ou laborais aos quais estão inseridos e da própria família. Toda barreira é prejudicial e gera desigualdade social para esse público, mas para que todas sejam assoladas, a atitudinal é prioridade por trazer trava a todas as outras. Herzog (2019, p. 274) explica:

A questão da violência tem sido um tema de discussão de vários campos do saber. Segundo nosso entender, esta questão se expressa no preconceito que aparece nos mais diversos grupos sociais, dando legitimidade à intolerância que, por sua vez, vai ganhando cada vez mais espaço na atualidade. Nestes termos consideramos que estas duas figuras preconceito e intolerância estabelecem uma relação de proximidade sem querer dizer com isso que estabeleçam uma relação de causa e efeito. Na mesma medida, conceber a falta de solidariedade entre os indivíduos como responsável por este estado de coisas também não nos parece uma justificativa para dar conta desta questão. É preciso um outro olhar sobre o assunto. Um olhar que não seja estigmatizante, moralista ou de caráter pedagógico, mas que possa abrir nossos horizontes em direção a um outro modo de lidar com a nossa humanidade.

E qual seria o melhor modo de lidar com a humanidade? Um bom início é o respeito aos direitos. Embora se tenham legislações vigentes que garantam os direitos das pessoas com deficiência, o discurso auxiliário e patologizador permanece em uma constante, atrasando e atrapalhando a evolução e o desenvolvimento destes indivíduos como cidadãos. Rauber (2023, p. 43) argumenta:

As barreiras atitudinais se caracterizam por atitudes que impedem o pleno acesso aos espaços e atividades pelas pessoas com deficiência. Isto ocorre porque existem maneiras de se comportar que podem inibir, coibir, oprimir, desencorajar, restringir ações e permanências nos espaços por essas pessoas a partir das pessoas que não possuem deficiências.

São diversos estigmas que envolvem este público, a “eterna criança”, o “guerreiro”, o “doentinho”. A barreira da atitude se dá no entendimento sobre a função que a deficiência tem no âmbito da sociedade, e o entendimento distorcido anula, aniquila, afasta o ser cidadão com deficiência dos seus direitos básicos.

Se todos os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência intelectual e transtornos mentais fossem atribuídos apenas a resolução por meio de políticas públicas, reformulação de legislações, tudo estaria mais facilmente resolvido. Porém não se caminha a um nível alto de soluções burocráticas para uma efetivação de direitos, sem uma conscientização humana.

Requer aqui avaliar os motivos pelos quais persiste resistência por parte da sociedade quando o assunto é sexualidade. Esse conceito por ser pouco compreendido e muito distorcido desenvolve bloqueios até mesmo entre pessoas que não possuem nenhuma limitação cognitivo ou mental, o que de certa forma reflete na falta de conhecimento, uma reprodução para com as demais pessoas que traz consigo um desenvolvimento atípico.

Sexualidade não é apenas sexo, mas muito mais do que ele. Ela engloba toda uma série de experiências de bem-estar geradas por confortos físicos e emocionais provocadas pelo autocontato, carinhos, relacionamentos com outras pessoas, toques físicos e, até o sexo propriamente dito. (Gonçalves & Barbosa, 2020, p. 6).

Sendo assim, o conceito de sexualidade abarca o desenvolvimento humano, se manifesta em diversas esferas, desde o corpo, as relações, os sentimentos e o prazer. Não é só biologia, é humanístico. Isto posto, a sexualidade é inerente ao corpo humano, seja esse corpo com ou sem deficiência.

Entretanto, envolto a esse assunto, estão crenças, tabus, desinformações, associadas ao usufruto do direito da sexualidade da pessoa com deficiência, como o entendimento de que são assexuais, sem vontade própria, desprovidos de desejos. Há uma hiperssexualização dessas pessoas, como se os desejos que sentem fossem incontrolláveis. Estes corpos também são lesionados perante a sociedade, incapacitados, incivilizados, politizados. Em diversas vezes essa patologização também traz a ideia de que tem seus prazeres comprometidos. A reprodução na vida dessas pessoas também é complexa, pois são impedidas por meio de problemáticas como a esterilidade e o receio da falta de condição para cuidar dos filhos que venham gerar.

Diante desta quantidade de estigmas estabelecidos em sociedade perante ao público com deficiência intelectual, descortina se os entraves do âmbito familiar. Uma sociedade é composta por pessoas, e essas pessoas compõem famílias, o que nos traz a vista que para se desconstruir essa sociedade, precisa se iniciar a ação na família.

Essa visão da sociedade se configura da mesma forma dentro dessa instituição que tem tamanha importância no desenvolvimento dos seus filhos com deficiência e acaba ocorrendo

com mais intensidade devido a forma de autoproteção criada por pais. A Sexualidade sendo para a maioria das pessoas, uma dificuldade de ser exposta, trabalhada e vivenciada, se torna ainda mais inacessível ao olhar dos familiares quando o apontamento se dá na direção de seus filhos, o tratamento infantilizado, a preocupação com os perigos que podem ser acarretados ou mesmo o medo de ter que carregar mais responsabilidade, transfere angústias (Gonçalves & Barbosa, 2020, p. 11).

Desta forma, evidenciam ter dificuldade os pais e desinformação com questões a respeito da sexualidade humana desenvolvida na educação de seus filhos, levando muitos pais a não quererem que eles recebam orientação sexual, temendo que essas informações possam despertar estímulos sexuais, o que na verdade é um equívoco. No momento que recebem orientação, eles terão oportunidade de aprender a selecionar amigos, constituir e usufruir relações que possam levar a uma experiência sexual satisfatória.

Formações e capacitações a profissionais é de extrema relevância, porém, a primeira educação se faz dentro do espaço familiar, com isso para que a sexualidade seja um assunto tratado de forma leve, com orientações formais, de maneira consciente e fidedigna, sem dificuldades ou impedimentos nas escolas, se faz necessário uma forçatarefa na conscientização desta dimensão social tão essencial para o início da autonomia da pessoa com deficiência intelectual.

A parceria entre família e escola é um passo fundamental para intervenções efetivas nesses aspectos.

E a barreira atitudinal que a própria pessoa com deficiência tem que enfrentar sobre si mesmo? Em uma busca no google acadêmico, referente a artigos científicos que trouxesse uma visão sobre a autopercepção deste público frente a sua sexualidade, foram encontrados em português, uma média de 6.620 pesquisas na área, o que comprova uma escassez de estudos que visam a opinião da pessoa que possui uma deficiência.

Não deve haver uma preocupação só de como se faz o entendimento da sexualidade desses sujeitos atípicos, mas também em como se escuta, se traduz por meio da opinião deles, Reis, Araújo e Glat (2019, p. 8) destacam algumas falas de pessoas que possuem algum impedimento de ordem cognitiva como: “Será que ele vai ter capacidade? Será que vai ter como... As pessoas estão sempre duvidando da minha capacidade, estão sempre duvidando. E eu sempre preciso provar aquilo que vou fazer”; “Porque ninguém queria me aceitar, porque

eles viam as minhas dificuldades... Físicas,né? Tinha que ter... Até para entrar na escola tinha que ter um laudo médico. O pessoal da escola via que eu era Síndrome De Down e não queriam me aceitar. A partir daí começou a discriminação” (Paula, 43 anos).

Com estes exemplos se torna nítido o quanto a representação social de patologização, incapacidade, incivilidade, objetiva no ser que possui alguma condição atípica. O poder que isso tem de autodestruição, de questionamento sobre a própria identidade, de baixa autoestima, de busca por aceitação.

3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TRANSTORNOS MENTAIS: O IMPACTO DO ESTIGMA E DOS MARCADORES SOCIAIS

A sexualidade sendo algo inerente ao ser humano, independente de qualquer ordem de limitação, não pode ser negada, mesmo que traga fatores de comprometimentos nas possibilidades de vivências afetivo-sexuais, precisam ter suas manifestações sexuais validadas, compreendidas e orientadas (Zuin, Leão & Denari, 2022).

A marca social instaurada, delimita os comportamentos de acordo com a condição, a maior dificuldade é conseguir que se coloque a pessoa à frente do impeditivo, seja de esfera física, sensorial ou cognitiva. “O termo estigma surgiu de um conceito grego relacionado à prática de marcar fisicamente, por cortes ou queimaduras, evitados socialmente. A essas marcas dava-se o nome de estigma” (Zuin, Leão & Denari, 2022, p. 32) O estigma é depreciativo, desvalorizador, pautado em valores e crenças pessoais,

em sociedade encontra-se o risco de consequências causadas por um senso comum, que estabelece padrões ditados como “normais”, essa cultura estigmatizante tem grande influência na marginalização de grupos sociais, entre eles, nosso objeto de estudo, pessoas com Deficiência Intelectual (D.I.). “Mesmo que a sexualidade esteja presente na vida de todas as pessoas, ela é alvo de controle social por diversas instituições, como a família, a igreja, o governo e a escola” (Zuin, Leão & Denari, 2022, p. 34).

Conforme citado, a família tem sua posição como primeira instituição de controle assim identifica-se então o entrave na percepção da importância do entendimento real sobre o conceito de sexualidade. Este controle social está fundamentado em informações não formais, o que dificulta a introdução deste assunto com as famílias de pessoas com deficiência intelectual.

Por natureza social, qualquer característica que diferencie o indivíduo do que a sociedade padroniza, o coloca em um grupo de exclusão. No caso das pessoas que trazem consigo condições de ordem mental ou cognitiva, essa exclusão tem um marco histórico. A institucionalização e os valores manicomial, presentes nesse percurso, movimentou esse descrédito social (Nascimento & Leão, 2019).

Vultoso definirmos os conceitos de deficiência intelectual e transtornos mentais para abarcar as características do sujeito que os concerne. No artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, considera-se que a pessoa com deficiência é aquela com “impedimentos de longo prazo, de ordem física, mental, intelectual ou sensorial”. Onde por

meio de barreiras, podem ter sua participação efetiva limitada em sociedade” (Brasil, 2015, p. 21).

Segundo Mello (2019) essa definição de deficiência tem seu significado modificado culturalmente, assim como suas terminologias, o que faz com que as determinações de nomenclaturas tenham relação de poder no que será identificado no sujeito ao qual lhe são atribuídas.

Em conformidade com o último censo demográfico de 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Brasil engloba 2.611.536 pessoas com deficiência intelectual. Para a OMS (Organização mundial da saúde), se torna essencial a compreensão desses números para a melhoria nos serviços e busca por mais acessibilidade e contribui para a quebra de barreiras que impedem a participação cidadã desse público (OMS, 2011).

Diante destas informações em escala numérica, revela-se que está mais comum do que se possa imaginar, a quantidade de pessoas com desenvolvimento atípico em nosso entorno. E conforme já citado por Nascimento e Leão (2019) o descrédito social dessa população foi construído por marcadores sociais.

As diversas dificuldades que pessoas com D.I. enfrentam, tem ligação com esses marcadores, que são profundos no percurso histórico. Um público desde sempre violado na sua essência, com seu estético descaracterizado. Uma das premissas que contribuíram para tal, foi o cunho religioso, trazendo narrativas de influências demoníacas, considerando esses corpos sem utilidade para a comunidade (Cunha, 2018).

No fim da primeira guerra mundial surgiu um modelo taxativo que perpetuou um longo período, o modelo médico, por meio dos feridos, foi possível considerar que algumas doenças advinham da ciência. A partir desse pressuposto, iniciou-se uma busca para a normalização dos corpos com deficiência, como se fosse necessário um conserto. A narrativa do modelo médico configurava a pessoa com deficiência um caráter individual, apresentando ser um problema para a sociedade, consistindo nas limitações corporais e nas condições de participação desse sujeito em sociedade (Cunha, 2018, p. 141).

Houve um avanço na idade média moderna, como que início de uma nova fase de compreensão das pessoas com deficiência, a construção das Santas Casas de Misericórdia e institutos, lugares esses que acolhiam todas as ordens de deficiência, física, mental e sensorial (Souza, 2020).

Contudo, o contexto destes espaços abrigava o modelo médico, que categorizava a deficiência em fatores biológicos, lesionando e limitando os sujeitos que a obtinha de alguma esfera. Um modelo duramente criticado, por colocar as condições à frente do ser humano,

impossibilitando as participações efetivas dessas pessoas na sociedade. Devido a grande rejeição desse modelo, movimentos sociais, principalmente de defesa a pessoas com deficiência, abriu a margem para o modelo social, neste sentido Sousa (2020, p. 48) coloca:

O modelo social, por sua vez, compreende a deficiência, como uma questão multidisciplinar, não apenas de natureza médica, incorporando os questionamentos sociológicos, antropológicos, políticos, econômicos, evidenciando o papel da exclusão econômica, das ideologias e relações de poder nas concepções de deficiência.

Mello (2019) também compreende o modelo social como um avanço promovido a elevação dos indivíduos com deficiência a um nível de reconhecimento de direitos, amenizando assim o assistencialismo.

Contrastando os dois modelos, fica notório o quanto há interferência nos padrões da sociedade, o meio social ao qual somos inseridos determina deliberadamente o que se pode considerar perfeito, dificultando de forma histórica, uma desconstrução de tudo que foi simbolicamente associado às pessoas com deficiência intelectual.

Por este motivo, a preocupação sobre o precedente que pode ter a conscientização da família. As possibilidades de se trabalhar, dentro das escolas, o tema da sexualidade, as orientações sobre educação sexual, se expandem quando há uma inserção e uma parceria entre as duas instituições, a quebra dos paradigmas acontecem por intermédio da escola, mas a escola não consegue alcançar esse objetivo sem primeiramente acessar aqueles que têm total acesso ao sujeito de interesse.

4 SAÚDE REPRODUTIVA, PLANEJAMENTO FAMILIAR E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Quando vou namorar? Será que posso ter filhos? Poderei casar?

São muitas perguntas que cercam os pensamentos das pessoas, de praticamente todas as pessoas, a diferença está no acesso as respostas, que dificulta quando se trata de sujeitos que possuem uma deficiência, principalmente a intelectual. Mas é direito de todos responder e decidir quaisquer desses questionamentos, seja relacionado a sexualidade ou a reprodução.

Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são direitos humanos fundamentais para a qualidade de vida e o exercício da cidadania de todas as pessoas. As reflexões realizadas nessa perspectiva buscam discutir as questões relacionadas à sexualidade e à reprodução de forma positiva, livre de preconceitos e discriminações, a fim de garantir condições para a saúde sexual, para a saúde reprodutiva e a independência de cada pessoa, inclusive no campo das políticas públicas. Essas discussões, apesar de recentes, têm se ampliado cada vez mais, buscando incluir perspectivas diversas e enfrentando as tentativas de negar a validade e importância desses direitos. (Steffen & Musskopf, 2015, p. 41).

Mesmo os direitos sexuais e reprodutivos sendo direitos humanos e a liberdade de decisão sobre como efetivá-los, há diversos fatores sociais que impactam, como política e religião. Evoluir com essa temática dependerá do contexto social e cultural ao qual a sociedade está inserida. E por isso se faz necessário a garantia da liberdade sem preconceitos. E como ocorre essa garantia? Por meio de diretrizes que assegurem o exercício dessa sexualidade e reprodução. Importante destacar a diferença entre sexualidade e reprodução.

Reconhece se direitos sexuais a partir do corpo, dos desejos, das escolhas de formas ao se relacionar, com um adendo, esses direitos devem ser respeitados em todas essas

esferas, qualquer tipo de controle social discriminatório anula os e se torna violação. Todavia, os direitos reprodutivos configuram as escolhas de reprodução do indivíduo, acesso às informações e orientações a métodos conceptivos e contraceptivos.

Querer ou não ter filhos é um direito reprodutivo, em geral negligenciado, a visão capacitista da sociedade e estendida às famílias, reforçam as dificuldades de exercício desses direitos a esse público com deficiência intelectual. O que seria básico e essencial fica fora da inteligibilidade da realidade vivida por essas pessoas, mais difícil ainda é o reconhecimento de maneira ampla (Steffen & Musskopf, 2015).

A seguridade dos direitos sexuais e reprodutivos da pessoa com deficiência intelectual é um processo paulatino, vagaroso, justificável devido aos modelos simbólicos já apresentados neste estudo. É imprescindível a busca contínua por conhecimento na área, de profissionais da educação, para abrir as possibilidades de transpor às famílias informações legítimas e formais.

No âmbito da sexualidade, o modelo social da deficiência, ao sugerir que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência são causadas pela sociedade e não por uma determinada lesão, oportuniza investigar os processos sociais que dificultam a expressão da sexualidade dessas pessoas, particularmente pelas atitudes de familiares e profissionais, inacessibilidade, falta de serviços apropriados, entre outros (Tom Shakespeare, Kath Gillespie-Sells, & Dominic Davies, 1996, p. 16 citado por Steffen & Musskopf, 2015, p. 45).

Enquanto não se tiver um olhar diferenciado, com entendimento profissional, desconstruindo estigmas, não é possível garantir esses direitos. Profissionais antes de serem profissionais, são seres humanos, que também constituem famílias e por mais que tenham o privilégio de ter acesso a estudos fidedignos, traz consigo os mesmos preconceitos. Há uma defasagem enorme no campo da ciência no aprofundamento desses estudos.

Falar dos relacionamentos das pessoas com deficiência intelectual remete ao amoroso, ao afetivo, a imagem familiar, erotismo e sexo jamais, sendo assim, reforça se a condição e não o ser de forma íntegra.

A vida independente é um direito de todos. As maiores limitações e impedimentos que se cotejam são as impostas pela sociedade, familiares e profissionais. A constituição Federal (1988), vai expôr em seu artigo 226, parágrafo 7º:

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável,

o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício deste direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas?

No artigo 6º do Estatuto Da Pessoa Com Deficiência, valida a capacidade civil do sujeito com deficiência de exercer o planejamento familiar. Este planejamento consiste em decisões autônomas, de uma maneira geral em como lidar com uma constituição familiar, e não diz respeito somente a aspectos reprodutivos, mas abrange todas as necessidades de um espaço familiar, saúde, autonomia, e a liberdade até mesmo de escolher sobre ter ou não filhos e a melhor condição para isto (Ferraz, 2019).

Visto que este direito é constitucional e não se encontra somente em estatutos específicos, fica muito óbvio o reconhecimento de igualdade, todos nós precisamos pautar nossas vidas em escolhas, em todas as áreas, faz parte do nosso desenvolvimento, portanto, pessoas com deficiência intelectual estão antes de sua condição e necessitam usufruir dos mesmos direitos, trabalhar, prover seu próprio sustento, escolher suas relações, suas amizades, conhecer seus corpos, explorar sua sexualidade e sim, constituir família.

Antes do Estatuto da Pessoa Com Deficiência, pessoas com deficiência intelectual, só podiam se casar após um processo judicial muito burocrático e demorado, para se casarem no cartório, primeiro os pais ou responsáveis legais precisavam consentir, depois era necessário elaborar uma ação judicial, solicitando ao juiz a liberação e por vezes o juiz não consentia mesmo em deficiências leves.

A lei Brasileira de Inclusão (lei 13.146, de 6 de julho de 2015), é considerada um avanço na vida das pessoas com deficiência intelectual, agora elas não precisam mais da autorização de um juiz para se casar, como determinava o Código Civil Brasileiro sob o argumento de que essas pessoas não tinham capacidade de praticar atos da vida civil, casais com deficiência intelectual podem seguramente formar família, ter filhos e viver uma vida feliz.

5 CARTILHA DIGITAL

A cartilha é um material que permite uma abrangente difusão de informações sobre determinado tema. Por meio desta, é capaz de instruir ações, sanar dúvidas em torno da pesquisa (Moura et al., 2017) .

A ideia da cartilha é intencional no alcance do objetivo de transmitir informações fidedignas às famílias de pessoas com deficiência intelectual, em concordância com o método desse projeto, atingindo seu público alvo, com linguagem objetiva e adequada.

6 MÉTODO

Para a composição dos resultados, foi construído um questionário, entregue via google forms para 20 pessoas de famílias que possuem filhos com deficiência intelectual, por meio de whatsapp, com 9 perguntas abertas. Esse trabalho consistiu também na apresentação de uma proposta de implementação de uma cartilha digital para educação sexual, objetivando trabalhar com pais e/ou familiares de pessoas com deficiência intelectual a sexualidade. A família foi a instituição primária escolhida para repassar o conhecimento da educação sexual, por se entender a importância deste ambiente estar preparado formalmente para reproduzir o que foi ensinado e por consequência, facilitar e aproximar a troca entre família e escola, propiciando a oportunidade do espaço escolar falar mais sobre o assunto e também orientar com mais tranquilidade.

6.1. Tipo de pesquisa

Essa pesquisa se caracterizou por uma abordagem qualitativa, utilizando-se como ferramenta de coleta de dados o questionário, o qual foi aplicado às famílias de pessoas com deficiência intelectual de forma virtual. Segundo Mattos (2011) é a partir do confronto de culturas, sendo de um lado o pesquisador e do outro o sujeito-objeto, que inicia o processo de um trabalho científico. A complexidade do trabalho a se pesquisar se instaura nessa dialética que caracteriza a pesquisa qualitativa.

6.2 Participantes da Pesquisa

O presente estudo englobou respostas dos representantes de 20 famílias atendidas em duas Instituições, sendo a Associação Pestalozzi e o CIER (Centro de Integração e Reabilitação). Foram convidados por intermédio da Assistente social e Direção das instituições, sendo assim compartilhado o formulário virtual via whatsapp. Todos os sujeitos voluntariamente quiseram participar do estudo, não foi preciso a identificação.

6.3 Procedimentos

A coleta de dados foi elaborada por técnica de questionário, respondida pelo público-alvo desta pesquisa.

A escolha dessa modalidade se deve ao fato de que esse instrumento é uma técnica consolidada na área de pesquisa envolvendo ciências humanas, e possibilita ao pesquisador a categorização das respostas (Severino, 2007).

O roteiro de questões foi elaborado de forma a responder ao objetivo desta pesquisa.

A aplicação dos questionários ocorreu de maneira remota pela ferramenta google forms, por meio do link https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSffGxFtAsrwNEg8VIF34uIUN-ZX0mvUUt8_G6InBBMohDwQBA/viewform que foi enviado por intermédio da Assistente Social de uma das instituições e Direção da outra, aos sujeitos através do aplicativo whatsapp, juntamente com o termo livre e esclarecido, sendo que o sigilo e o anonimato dos participantes da pesquisa foi preservado a todo momento.

A abordagem aos participantes ocorreu de maneira respeitosa, e os contatos dos sujeitos ocorreram por meio desses profissionais que já conheciam os familiares dos alunos atendidos com deficiência intelectual, e que consultaram os mesmos sobre a possibilidade de participação, facilitando assim a efetivação da pesquisa.

A pesquisadora pretende agendar um encontro nas instituições com os profissionais que auxiliaram na busca dos resultados para esclarecer dúvidas e levar algumas respostas pertinentes na discussão deste trabalho e assim propor que esse retorno de conhecimento seja propagado às famílias que participaram como sujeitos da pesquisa.

6.4 Análises das informações

Os procedimentos de análise dos dados seguiram as etapas descritas por Bardin (Bardin, 1991), o qual destaca, no primeiro momento, a organização desses dados, utilizando a exploração do material.

O google forms apresenta organizadamente as respostas individuais e coletivas tanto em formato de texto em PDF como em planilha Excel para realização de estatísticas.

Em um segundo momento, as informações previamente organizadas foram correlacionadas com a literatura específica da área com a finalidade de agrupá-los, neste momento, visando unir impressões e opiniões convergentes sobre o tema abordado.

Por fim, a interpretação dessas informações pretendeu traçar um panorama confiável

sobre a necessidade, visão e viabilidade da implantação da cartilha digital.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para uma compreensão ampla dos resultados, os pais foram submetidos a um questionário que trouxe questões referente ao entendimento sobre a sexualidade, a ligação que faziam deste assunto na vida de seus filhos e se receberam apoio para tratar do mesmo.

Foram coletadas de 20 participantes respostas a nove perguntas, referente à primeira pergunta sobre o que é sexualidade, tornou-se categórico o entendimento de algumas dessas famílias de que sexualidade se explica pelo ato sexual entre duas pessoas ou pelos desejos e vontades que um indivíduo sente pelo outro. Na resposta 3 por exemplo, é colocado a sexualidade como algo que ocorre entre o homem e a mulher e na 5, o simples hábito de fazer sexo.

Apenas a resposta 19 consegue contextualizar a sexualidade como uma evolução do corpo e desejos, já as respostas 1, 2, 6, 13, compreendem a sexualidade como algo natural do ser humano e o pertencimento disso no próprio indivíduo e nas relações com o outro e com o mundo. Sobre o conceito de sexualidade, fica nítido a distorção, onde o entendimento se baseia no ato sexual. Sapucahy (2014, p. 5) irá mencionar que:

(. . .) A construção dos alicerces da sexualidade começa na infância, a capacidade de se ligar afetivamente, a identidade sexual, a confiança em si e no outro, a segurança, a imagem corporal, a autoestima e a autonomia, os limites, as normas sociais, os valores morais, etc.

A sexualidade vai além do encontro de corpos. As famílias possuem um conhecimento muito raso até mesmo da própria sexualidade, um ciclo familiar de valores que precisam ser transformados em informação legítima e científica para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente com deficiência no campo sexual. Essa primeira questão deixa claro a necessidade de conscientização dessas famílias para com o conceito de sexualidade e o que isso representa na vida de seus filhos.

Figura 1 – Quadro 1 - Respostas representativas da pergunta 1

Quadro 1 - Respostas representativas da pergunta 1

<i>O que é sexualidade para você?</i>	
	<i>Resposta 3</i>
<i>Sexualidade pra mim é entre um homem e mulher casados</i>	
	<i>Resposta 5</i>
<i>É o hábito de fazer sexo.</i>	
	<i>Resposta 19</i>
<i>Nosso corpo em formação em evolução e com desejos</i>	
	<i>Resposta 1</i>
<i>Natural</i>	
	<i>Resposta 2</i>
<i>Normal</i>	
	<i>Resposta 6</i>
<i>Faz parte da vida</i>	
	<i>Resposta 13</i>
<i>É maneira de como cada um se relaciona</i>	

Nota. Fonte: Elaboração própria.

Na pergunta 2, os sujeitos são questionados sobre acreditarem se os filhos têm ou não sexualidade, e apesar de que as respostas 1, 2, 7 e 17 ter a percepção que sim, somente o filho da resposta 14 tem uma vida sexual ativa. Podemos perceber que as respostas restantes, por exemplo a 4 e a 10, que colocaram não, alegam que os filhos são ainda crianças e não acreditam que possuem entendimento sobre o assunto, demonstrando assim novamente, pouquíssimo conhecimento acerca do real conceito de sexualidade, ignorando o fato de uma criança necessitar, dentro das abordagens corretas e respeitando as fases, de uma educação sexual. Deixando assim, esse ser vulnerável e passível de abusos sexuais. Mello (2019) vai exprimir que a estigmatização advinda dos responsáveis pelo desenvolvimento do sujeito, cancele seu subjetivo e este controle contribui para uma degradação da identidade social deste indivíduo.

Figura 2 – Quadro 2 - Respostas representativas da pergunta 2

Quadro 2 - Respostas representativas da pergunta 2

<i>Você acha que seu filho tem sexualidade? Por quê?</i>	
	<i>Resposta 1</i>
<i>Sim, primeiro porque conversamos a respeito.</i>	
	<i>Resposta 2</i>
<i>Sim, tem ereção</i>	
	<i>Resposta 7</i>
<i>Porque é um ser que tem sentimentos como todos!</i>	
	<i>Resposta 17</i>
<i>Sim, porque é um evento natural no homem racional ou não</i>	
	<i>Resposta 14</i>
<i>Tem, porque tem vida sexual ativa</i>	
	<i>Resposta 4</i>
<i>Não. Ele não entende o que é e não é exposto a este assunto.</i>	
	<i>Resposta 10</i>
<i>Não, muito pequeno ainda</i>	

Nota. Fonte: Elaboração própria.

A pergunta 3 foi relacionada à demonstração de interesse sexual dos filhos por outras pessoas. Respostas 3, 6, 9 e 11 responderam que sim, já presenciaram ou notaram essa vontade por parte dos filhos, resposta 4 disse que sim, mas acredita ser cedo. Já a resposta 5, apesar de colocar não, sua justificativa foi contraditória, pois relatou que o filho fala em namorar, um sinal contundente de mais uma dificuldade de entendimento da família sobre o assunto, pois o namoro é uma forma de se relacionar com o outro e envolve sim desejos e vontades.

Figura 3 – Quadro 3 - Respostas representativas da pergunta 3

Quadro 3 - Respostas representativas da pergunta 3

<i>Você já notou em seu filho algum interesse em se relacionar sexualmente com algumapessoa? Se sim, de que forma?</i>	
	<i>Resposta 3</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Resposta 6</i>
<i>Sim de ter alguém namorar</i>	
	<i>Resposta 9</i>
<i>Sim namorar</i>	
	<i>Resposta 11</i>
<i>Sim ele fica próximo passa a mão no rosto sei lá eu sinto aí fico mais de olho</i>	
	<i>Resposta 4</i>
<i>Tem vontade de namorar, mas ainda e cedo</i>	
	<i>Resposta 5</i>
<i>Não, apenas querer namorar</i>	

Nota. Fonte: Elaboração própria.

Na pergunta 4 foi abordado se os sujeitos permitiriam ou já permitiram que seus filhos se relacionassem sexualmente com outras pessoas, ou seja, se pensam na possibilidade de entender seus filhos em uma vida sexual ativa, em efetivação do ato sexual caso entrem em um relacionamento amoroso. Respostas 1,5, 7 e 8 dizem que não já a, 6, 9, 17 e 18 demonstraram receio, medo, dificuldade em pensar na possibilidade. O que reforça a necessidade de uma elucidação sobre o assunto para queesses pais consigam desconstruir alguns modelos sociais impostos às condições de seusfilhos na sociedade.

Figura 4 – Quadro 4 - Respostas representativas da pergunta 4

Quadro 4 - Respostas representativas da pergunta 4

<i>Você permitiria ou já permitiu que seu filho se relacionasse sexualmente com alguém? Por quê?</i>	
	<i>Resposta</i>
<i>Não</i>	
	<i>Resposta</i>
<i>Não permitiria</i>	
	<i>Resposta</i>
<i>Não, porque não demonstrou interesse ou necessidade</i>	
	<i>Resposta</i>
<i>Não. Não têm compreensão para isso</i>	
	<i>Resposta</i>
<i>Permitiria, sob supervisão, e com pessoa altamente selecionada</i>	
	<i>Resposta 9</i>
<i>Não porque ele é especial tenho medo</i>	
	<i>Resposta 17</i>
<i>Não permitiria pois não vejo nela a condição de ter mentalidade para se responsabilizar sobre seus atos</i>	
	<i>Resposta 18</i>
<i>Não! porque acho que não saberei lidar ou se ter filhos também não sei lidar não. Para nós mãe de portadores de deficiência nem queremos pensar nisso embora precisamos. Não saberei lidar, acho.</i>	

Nota. Fonte: Elaboração própria.

Na questão 5, os sujeitos são questionados a respeito da orientação, se já a fizeram sobre a sexualidade e se sim quais foram. As respostas 3 e 7 não expuseram de que forma. A resposta 5 orientou informalmente, a resposta 9, orientou de forma repressora, não aconselhando pensar nesse assunto, a resposta 10 chama a atenção por não orientar devido acreditar que não “aflorou”, infelizmente utiliza-se de um termo muito colocado à frente da sexualidade das pessoas com deficiência e que retrata um forte estigma de que esse público possui uma sexualidade exacerbada. A resposta 14, relatou se sentir mal quando abordou o tema. Somente a resposta 13 disse ter orientado de uma maneira que seu filho entendesse que para qualquer

tipo de manifestação sexual é preciso prudência em não realizá-la em público. Novamente enxerga-se uma dificuldade de visualizar esse corpo lesionado historicamente pela sociedade como um corpo de direito, quando a Revista Sentidos se contradiz no que apresenta em suas capas nas edições 64 e 67 com os enunciados, deixa claro o reforço desses estereótipos. É preocupante as informações coletadas nessa questão, pois é cristalino a alteração da família em caminhar com as orientações de forma correta, formal e fidedigna no que se refere a sexualidade dos seus filhos com deficiência.

Figura 5 – Quadro 5 - Respostas representativas da pergunta 5

Quadro 5 - Respostas representativas da pergunta 5

<i>Você já orientou seu filho sobre alguma questão ou atitude que deveria adotar sobre as manifestações de sua sexualidade? Se sim, qual seria?</i>	
	<i>Resposta 3</i>
<i>Já orientei</i>	
	<i>Resposta 7</i>
<i>Sempre oriento, e as consequências também.</i>	
	<i>Resposta 5</i>
<i>Já falei pra ele que sexo é entre um casal e em um casamento e que tem várias responsabilidades aí ele me disse que não quer casar porque ele gosta de liberdade</i>	
	<i>Resposta 9</i>
<i>Sim falo que não pode ficar pensando nessas coisas</i>	
	<i>Resposta 10</i>
<i>Ainda não, não aflorou ainda</i>	
	<i>Resposta 14</i>
	<i>Resposta 13</i>
<i>Sim, muito desconfortável nem soube orientar</i>	
<i>Sim, ter prudência quando estiver em público</i>	

Nota. Fonte: Elaboração própria.

Na questão 6, foi indagado sobre as maiores dificuldades que enfrentam em relação à

sexualidade de seus filhos. As respostas trazem algumas angústias já apresentadas em perguntas anteriores. Resposta 4 alega a dificuldade em explicar o assunto, a 6 em quem seria as pessoas com quem seu filho(a) se relacionaria, a 7 gostaria de fazer o filho entender o tempo certo, já a 16 e 17 possuem dúvidas parecidas, como as possibilidades desses filhos namorarem, casar ou constituir uma família. Externa-se aqui, três pontos de atenção, que são: Comunicação, medo, capacitismo. As respostas 4 e 6, expõem a dificuldade de conversar sobre o assunto, de explicar, de orientar. Os demais demonstram em suas respostas, medo, dúvidas em como seria e preocupação com a condição de seus filhos, acreditando que são isentos de entendimento. Os pais, mesmo que inconscientemente, apresentam a educação sexual a seus filhos durante seu crescimento e formação por meios informais, fundamentados nas crenças que adquiriram das relações sociais, familiares, meios midiáticos, amigos, vizinhanças, entre outros (Sapucahy, 2014, p.05).

Figura 6 – Quadro 6 - Respostas representativas da pergunta 6

Quadro 6 - Respostas representativas da pergunta 6

<i>Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta em relação a sexualidade de seu filho?</i>	
	<i>Resposta 4</i>
<i>Em explicar como funciona tudo</i>	
	<i>Resposta 6</i>
<i>Não saber com quem ele poderia se relacionar.</i>	
	<i>Resposta 7</i>
<i>Que ela entenda, que tudo tem seu tempo, dele ainda não chegou.</i>	
	<i>Resposta 16</i>
<i>Se ele vai se casar se devo deixar namorar como será se ter família</i>	
	<i>Resposta 17</i>
<i>Ele quer namorar</i>	

Nota. Fonte: Elaboração própria.

Na questão 7, pergunta se como foi para a família perceber manifestações e interesses sexuais em seus filhos e se fizeram algo para ajudar. Uma questão um pouco preocupante, pois somente dois familiares relataram a busca por ajuda em situações formais, a resposta 7 buscou

por psicólogo e a resposta 8 buscou auxílio com um urologista, o que corrobora a importância da conscientização familiar dentro de espaços escolares referente a sexualidade de seus filhos, para que informações fidedignas sejam repassadas e assim essa criança ou esse adolescente tenham uma orientação correta da família.

Figura 7 – Quadro 7 - Respostas representativas da pergunta 7

Quadro 7 - Respostas representativas da pergunta 7

<i>Como foi para você perceber que seu filho estava tendo interesses sexuais? O que você buscou fazer para ajudá-lo??</i>	
	<i>Resposta 7</i>
<i>Estou buscando ajuda da psicóloga</i>	
	<i>Resposta 8</i>
<i>Levei ele ao urologista para passar remédio o médico disse que não precisava desde que ele não tivesse tentando agarrar alguém</i>	

Nota. Fonte: Elaboração própria.

Na questão 8, a idade a qual foi percebido interesse sexual ou manifestação, foi colocada em pauta. A maioria dos pais responderam entre 13 a 16 anos, exatamente a fase que envolve o início da puberdade da maioria dos jovens. Somente a resposta 7 alegou que o filho(a) tem 23 anos e não possui interesse ou teve alguma manifestação, o que pode ser questionável, pois a sexualidade é inerente ao ser humano.

Figura 8 – Quadro 8 - Respostas representativas da pergunta 8

Quadro 8 - Respostas representativas da pergunta 8

<i>Quantos anos de idade seu filho tinha quando você percebeu que ele possuía desejossexuais? E como tem sido o desenvolvimento até os dias atuais?</i>	
<i>Ela tem 23 anos e não tem interesse</i>	<i>Resposta 4</i>
<i>Desde os 16 anos, mas agora acho que ele está bem mais tranquilo</i>	<i>Resposta 13</i>
<i>Foi dos 13a 14 anos, ele controla do jeito dele</i>	

Nota. Fonte: Elaboração própria.

E para finalizar, a abordagem na questão 9, traz a visão dos pais sobre o apoio que recebem, seja da família, da escola ou de qualquer outro profissional, quando se diz respeito à sexualidade de seus filhos. Algumas respostas colocaram que não possuem apoio, e os demais relataram que o apoio vem sim da família ou da escola e/ou instituição as quais são inseridos. Toda informação sobre educação sexual precisa ser repassada de forma segura e legítima, por isso é necessário que famílias tenham acesso a orientações formais e não baseadas em conhecimentos rasos fundamentados em crenças e valores.

Referente ao apoio oferecido a essa família, de quais esferas se espera ou se obtém, somente as respostas 13, 16 e 4 externam receber esse auxílio de fonte formal, ou seja, por meio da escola.

Figura 9 – Quadro 9 - Respostas representativas da pergunta 9

Quadro 9 - Respostas representativas da pergunta 9

<i>Você possui apoio da família, da escola ou de qualquer outro profissional para esclarecer assuntos sobre a sexualidade de seu filho para que assim possa ajudá-lo?</i>	
	<i>Resposta 13</i>
<i>Sim, possuo ajuda psicológica para tratar dos problemas que não consigo lhe dar sozinha.</i>	
	<i>Resposta 16</i>
<i>Sim, da escola, muito mesmo! Ele estuda numa escola maravilhosa CIER espero que muitas crianças portadoras de deficiência conheça um dia</i>	
	<i>Resposta 4</i>
<i>Só da Pestalozzi</i>	

Nota. Fonte: Elaboração própria.

8 CARTILHA DE ORIENTAÇÕES SOBRE SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL VOLTADA PARA PAIS E FAMILIARES

Figura 10 – Capa "Cartilha de Orientação para a Família: Sexualidade da Pessoa com Deficiência Intelectual

Capa "Cartilha de Orientação para a Família: Sexualidade da Pessoa com Deficiência Intelectual



Nota. Fonte: Cartilha elaborada como produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual” (Rosa, Ortiz, & Custódio, 2024).

Esse material “digital” tem o objetivo de orientar alguns conceitos referente à sexualidade e promover uma reflexão acerca dos impeditivos que permeiam a sociedade e dificultam discussões abertas sobre o assunto, apontando informações fidedignas e contribuindo para a mediação prática de orientação às famílias. As famílias possuem muitas dúvidas e angústias que raramente são escutadas, por também não ser com frequência expostas, por diversos motivos, como preconceitos, estigmas e contexto social.

A cartilha contempla informações importantes que vão desde o conceito de capacitismo, que está presente na sociedade e precisa ser pensado, compreendido e discutido, até questões pontuais como saúde reprodutiva, namoro e casamento. Pontos delicados de ser tratados, por um público que fica com a missão de cuidar e proteger de todos os riscos possíveis o sujeito com deficiência, em especial o que possui a intelectual, que desde muito cedo e até historicamente é infantilizado do seu nascimento até sua adultez.

Os tópicos que a cartilha contempla são: Capacitismo; Sexualidade na condição da pessoa com deficiência intelectual; Descobertas e autoconhecimento do corpo: Como orientar? Saúde reprodutiva, namoro e casamento.

Essa pesquisa tem o propósito de propiciar uma análise de valores sobre a sexualidade junto às percepções da família, com base nisto que o primeiro tópico referente ao capacitismo foi criado, para caminhar com clareza e tranquilidade com este assunto, se faz necessário acessar tudo o que foi construído diante da imagem da pessoa com deficiência intelectual, a ideia em colocar em primeiro neste material, é para que no contato com a leitura imediata, se possa refletir já na provocativa de como lidar com os valores, crenças e princípios enraizados historicamente.

Figura 11 – Capacitismo

Capacitismo



Nota. Fonte: Cartilha elaborada como produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual” (Rosa, Ortiz, & Custódio, 2024, p. 6).

É preciso subsidiar à família a reflexão da importância da sexualidade na construção da estrutura do indivíduo, sua identidade e personalidade. O segundo tópico traz um pouco dessa temática, como deve ser feita as abordagens, o cuidado no momento de acolhimento, as adaptações.

Figura 12 – Sexualidade na condição da pessoa com deficiência intelectual

Sexualidade na condição da pessoa com deficiência intelectual



Nota. Fonte: Cartilha elaborada como produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual” (Rosa, Ortiz, & Custódio, 2024, p. 10).

A cartilha também propôs reciclar conhecimentos de saúde reprodutiva, namoro e casamento, trabalhando as orientações referente ao consentimento, contracepção e acesso a serviços de saúde, e esse foi inserido no terceiro tópico.

Figura 13 – Saúde reprodutiva

Saúde reprodutiva



Nota. Fonte: Cartilha elaborada como produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual” (Rosa, Ortiz, & Custódio, 2024, p. 16).

E para finalizar, no último tópico, foi abordado descobertas e autoconhecimento do

corpo. Como orientar de forma mais prática, os recursos que podem ser utilizados, a comunicação assertiva nesse momento, a importância de se buscar parceiros da saúde para complementar e dar suporte se necessário.

A apresentação desse material tem como alvo principal sistematizar possibilidades pedagógicas para subsidiar ações interventivas de conscientização das famílias, promovendo um novo olhar, informando de maneira responsável e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva, a começar pela primeira dimensão social, a família.

Figura 14 – Descobertas e autoconhecimento do corpo

Descobertas e autoconhecimento do corpo



Nota. Fonte: Cartilha elaborada como produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual” (Rosa, Ortiz, & Custódio, 2024, p. 22).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar uma conclusão, destacam se três questões:

1- O que é sexualidade?

6- Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta em relação a sexualidade de seu filho?

9- Você possui apoio da família, da escola ou de qualquer outro profissional para esclarecer assuntos sobre a sexualidade de seu filho para que assim possa ajudá-lo?

Na pergunta 1, ficou claro a deturpação das famílias sobre o conceito de sexualidade. Na pergunta 6, às dificuldades apresentadas são vestígios de uma construção social carregada de tabus e estereótipos. E na pergunta 9, talvez uma das mais preocupantes, se faz entender o tamanho da importância e urgência em melhorar os vínculos entre escola e família, para que se efetive uma educação sexual de verdade.

Todos esses aprendizados de forma não fidedigna dificultam tanto a introdução da educação sexual quanto a continuidade desta orientação. O que deixa explícito a necessidade arbitrária de programas de conscientização que viabilizem a informação formal para as famílias, propiciando a desconstrução de barreiras atitudinais e permitindo que esses direitos sexuais sejam garantidos.

Mesmo com os avanços da sociedade, advindos de ordem cultural, social e política, o assunto sexualidade ainda esbarra nos preconceitos, estigmas e tabus, o que gera uma preocupação, pois se, dentro desses espaços formais onde se encontra a ciência e as informações de caráter legítimo, não há liberdade para tratar tal assunto, estima-se que as orientações acerca do tema são abordadas de forma superficial ou anuladas (Sapucahy, 2014).

O que as instituições precisam assimilar é que mesmo que não esteja implementado nenhum projeto ou programa de conscientização sobre educação sexual, a movimentação disto ocorre de forma natural no próprio dia a dia da criança e do adolescente, quando as manifestações sexuais começam a ocorrer, quando as repreensões sobre vestimenta adequada passam a ser impostas, quando os papéis sociais de cada gênero começam a ser discutidos, só o fato de convocar a família para apontar quaisquer uma dessas questões, já nos deparamos com uma ação de educar sexualmente o indivíduo. Mas são nessas conversas informais que necessita se filtrar a forma de orientar.

Essa pesquisa tem como objetivo posterior, resultar em um programa que tem o intuito de elucidar, de forma leve, os desdobramentos de um assunto tão delicado. Criado para levar,

por meio de palestras, a conscientização e informação verídica para as famílias de pessoas com deficiência, movimentando a oportunidade dos responsáveis pelo desenvolvimento pleno desse público de compreender, desmistificar e desconstruir alguns conceitos da sexualidade e perceber a importância da mesma como pertencimento do ser humano, um cidadão de direitos antes de qualquer condição. Os pais precisam procurar apoio profissional para que assuntos que não os fazem sentir-se seguros sejam tratados de forma integrada entre família e educadores.

Além disso, com essa prática estabelecer vínculos mais estreitos nas relações entre escola e família, em busca de um resultado mais assertivo nas orientações e na educação sexual dentro dessas duas dimensões sociais. O produto deste estudo se concretiza em um material de orientação, em formato de cartilha, contemplando alguns conceitos e cuidados.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (1991). *Análisis de contenido*. Ediciones Akal.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
- Brasil. (2015). *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União.
- Cunha, B. C. (2018). Caso Gonzales Lluy e outros vs. Equador: estigmatização e permeabilidade do conceito de deficiência. *Cadernos estratégicos: Análise estratégica dos julgados da Corte Interamericana De Direitos Humanos*. 136-160.
<https://biblioteca.corteidh.or.cr/documento/73979>
- Ferraz, L. V. R., & Santos, C. (2019). Os limites da solidariedade familiar e os direitos reprodutivos do deficiente intelectual. *Unidade Juíz de Fora-Direito*. 1-16.
<http://dspace.doctum.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2632>
- França, D. N. O. (2014). Direitos sexuais, políticas públicas e educação sexual no discurso de pessoas com cegueira. *Revista Bioética*, 22, 126-133.
<https://www.scielo.br/j/bioet/a/VgijVrPDyVG8FRf4j4fWm3B/?format=pdf>
- Gonçalves, J. P., & Barbosa, M. M. F. (2020). Opiniões de mães e profissionais sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual. *Revista Exitus*, 10. e020021
 Recuperado de
<https://www.redalyc.org/journal/5531/553171468021/html/#:~:text=Os%20estudos%20sugerem%20que%20tanto,fazem%20fica%20aqu%C3%A9m%20do%20necess%C3%A1rio.>
- Herzog, R. (2019). Do preconceito à intolerância: quando se rouba a humanidade do outro. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 22, 273-279.
<https://www.scielo.br/j/agora/a/yYqK4LFjY9qSvRWFQbZZdtd/?lang=pt>
- IBGE. (2010). *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência, segundo a situação do domicílio e grupos de idade*. Rio de Janeiro.

- Lacan, J. (2008). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma junção em psicologia*. (2a ed.). Zahar.
- Lutz, A., Baptista, A., & Cort, M (2020). *Desafio: O Que Cabe Na Sua Cultura Atitudinal?* UERGS. <https://www.uergs.edu.br/upload/arquivos/202102/10140311-ativando-os-contudos-atitudinais-abc.pdf>
- Mendonça, O. S. (2017). Percurso histórico dos métodos de alfabetização e novas demandas de ensino. *Conteúdo e didática de alfabetização*, 23-35. <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40137/1/01d16t02.pdf>
- Mattos, CLG. (2011). A abordagem etnográfica na investigação científica. In C. L. G. Mattos, & P. A. Castro (Orgs.), *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online](pp 49-83). Campina Grande: EDUEPB.
- Mello, C. S. (2019). *Sexualidade e Deficiência Intelectual: O que pode um corpo socialmente incivilizado?* Orientadora: Ms. Betina Beltrame [Trabalho de conclusão de curso – Curso de Psicologia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa. Recuperado de: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/6692/Ca>
- Moreira, L.M.A (2011). *Algumas Abordagens da Educação Sexual na Deficiência Intelectual*. 3. ed. Salvador- Bahia: Edufba.
- Moura, D. D. J. M., Moura, N. D. S., Menezes, L. C. G. D., Barros, A. A., & Guedes, M. V. C. (2017). Construção de cartilha sobre insulino terapia para crianças com diabetes mellitus tipo 1. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 70, 7-14. <https://pesquisa.bvsalud.org/gim/resource/fr/biblio-843603>
- Nascimento, L. A. D., & Leão, A. (2019). Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 26, 103-121. <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/sNMq8fztJLGCfvsO47ckrSn/>
- Organização Mundial Da Saúde (OMS). (2011). *Relatório Mundial sobre a Deficiência*. São Paulo: World Health Organization, The World Bank (Lexicus Serviços Lingüísticos Trad.). Recuperado de

https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf

- Rauber, A. (2023). *Direitos das pessoas com deficiência: violações e desafios ao seu enfrentamento*. [TCC em Serviço Social, Caxias do Sul. Universidade de Caxias do Sul]. Recuperado de <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/12059>
- Reis, J. G., Araújo, S. M., & Glat, R. (2019). Autopercepção de pessoas com deficiência intelectual sobre deficiência, estigma e preconceito. *Revista Educação Especial*, 32, 1-16. <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33882>
- Rosa, N. N. S., Ortiz, L., & Custódio, V. S. (2024). *Cartilha de Orientação para a Família: Sexualidade da Pessoa com Deficiência Intelectual*. Apprendere.
- Sapucahy, L. (2014). Sexualidade. Catálogo Mensal. *Cultura de ponta*. Recuperado de <https://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/cultura-de-ponta-sexualidade.pdf>
- Severino, A. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. (23ª ed.). Cortez.
- Solomon, A. (2012). *Longe da Árvore: pais, filhos e a busca da identidade*. São Paulo:Schwarcz S.A.
- Souza, G. D. L. (2020). Letramento literário de sujeitos em situação de deficiência intelectual. [Dissertação. Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Humanidades, Campina Grande. Universidade Federal de Campina Grande]. Recuperado de http://www.ppged.ufcg.edu.br/images/8/85/Dissertacao_Gabrielle_de_Lima_Sousa.pdf
- Steffen, L., & Musskopf, A. S. (2015). Direitos sexuais e direitos reprodutivos das pessoas com deficiências: implicações teológicas. *Mandrágora*, 21(2), 39-65. <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/view/6108>
- Zabala, A. (2015). *A prática educativa: como ensinar*. Penso Editora.
- Zuin, L. F., de Castro Leão, A. M., & Denari, F. E. (2022). Sexualidade E Deficiência Intelectual: Estigmas E Preconceitos. *Apaie Ciência*, 18(2), 30-39. <https://doi.org/10.29327/216984.17.2-5>

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Cartilha de Orientação para a Família: Sexualidade da Pessoa com Deficiência Intelectual

Natalie Naie Santos Rosa
Luciano Ortiz
Vagner Sérgio Custódio

Cartilha de Orientação para a Família:
Sexualidade

da Pessoa com Deficiência Intelectual



apreendere
editora

Natalie
Luciano Ortiz
Vagner Sérgio Custódio

Cartilha de Orientação para a Família:
Sexualidade da Pessoa com Deficiência Intelectual

1ª edição

Guarapuava
Apprehendere
2024

ficha catalográfica

Apresentação

Nesta cartilha, convidamos você a explorar conosco um tema muitas vezes negligenciado, mas essencial para o desenvolvimento humano: a sexualidade na condição da pessoa com deficiência intelectual. Abordaremos essa jornada com sensibilidade, informação e respeito, buscando oferecer orientações valiosas para as famílias que enfrentam esse desafio único.

Esta iniciativa busca fomentar a autonomia, o respeito e a sensibilidade ao discutir um tema que ainda hoje é considerado tabu por uma parte da sociedade.

Antes de adentrarmos nas nuances deste tema, é essencial reconhecer a singularidade de cada indivíduo, independentemente de sua condição. A deficiência intelectual, e a importância da sexualidade, destaca a necessidade de uma abordagem sensível e inclusiva.

É imperativo que, como sociedade, desconstruamos estigmas e mitos que cercam a sexualidade na deficiência intelectual. Ao promover a aceitação e a inclusão, contribuimos para o bem-estar emocional e psicológico de todos e todas.

Ao longo desta apresentação, exploraremos não apenas os desafios associados à jornada da sexualidade na deficiência intelectual, mas também as oportunidades para promover a autonomia e a dignidade nas experiências sexuais e afetivas.

Reconhecemos o papel central da família na vida das pessoas com deficiência intelectual. Seu envolvimento ativo e apoio são fundamentais para criar uma base sólida que favoreça a compreensão e aceitação da sexualidade como parte intrínseca da experiência humana.

Convidamos todos a se juntarem a nós nesta jornada de respeito, empatia e aprendizado mútuo. Vamos, juntos, promover a autonomia e o respeito na vivência da sexualidade na condição da pessoa com deficiência intelectual.

Ótima leitura!

Os autores

CA

PA

CI



TIS

MO

CAPACITISMO

O capacitismo é uma forma de discriminação que se manifesta quando pessoas com deficiência são tratadas de maneira injusta ou desigual com base em suas capacidades físicas ou intelectuais. Assim como o racismo ou sexismo, o capacitismo é uma atitude preconceituosa que pode se infiltrar em várias áreas da vida, desde o acesso a oportunidades educacionais e de emprego até a representação na mídia e a interação social.

Essa forma de discriminação muitas vezes decorre de estereótipos negativos associados às deficiências, que perpetuam a ideia de que pessoas com deficiência são menos capazes, menos inteligentes ou menos dignas de respeito do que aquelas sem deficiência. Esses estereótipos podem levar a práticas discriminatórias, como a falta de acessibilidade em ambientes públicos, a negação de empregos ou oportunidades educacionais e a exclusão social.

É importante destacar que o capacitismo não apenas prejudica as pessoas com deficiência, mas também contribui para a criação de uma sociedade menos inclusiva e diversificada. Ao invés de reconhecer as habilidades e contribuições únicas que cada indivíduo pode trazer, o capacitismo limita o potencial de pessoas com deficiência, impedindo seu pleno envolvimento na sociedade.

A desconstrução do capacitismo envolve a conscientização, educação e mudança de atitudes. Isso inclui promover a acessibilidade em todas as áreas da vida, desafiar estereótipos prejudiciais, garantir igualdade de oportunidades e valorizar a diversidade de habilidades e perspectivas. Ao criar ambientes mais inclusivos, podemos trabalhar para superar o capacitismo e construir uma sociedade que respeita e valoriza todos os seus membros, independentemente de suas capacidades físicas ou intelectuais.



SEXUALIDADE

na condição da pessoa
com deficiência intelectual



SEXUALIDADE

na condição da pessoa com deficiência intelectual

Abordar o tema da sexualidade na condição de pessoas com deficiência intelectual requer sensibilidade, respeito e uma abordagem inclusiva.

Apresentamos estão algumas orientações para ajudar a família a lidar com esse assunto de maneira positiva:

Promova a aceitação e o respeito

- Incentive a aceitação da sexualidade como parte natural da vida, independentemente da condição da pessoa.
- Reforce o respeito pelos desejos e limitações individuais.

Comunique-se abertamente

- Estabeleça um ambiente aberto e seguro para discutir a sexualidade.
- Encoraje a expressão de sentimentos e dúvidas..

Promova a aceitação e o respeito

- Incentive a aceitação da sexualidade como parte natural da vida, independentemente da condição da pessoa.
- Reforce o respeito pelos desejos e limitações individuais.

Adapte a linguagem

- Utilize uma linguagem clara e adaptada ao nível de compreensão da pessoa com deficiência intelectual.
- Esteja preparado para responder a perguntas de maneira acessível.

Promova a autonomia

- Incentive a independência na medida do possível, capacitando a pessoa a tomar decisões sobre sua própria sexualidade.
- Eduque sobre limites e consentimento.

Esteja ciente das necessidades específicas

- Reconhecer que cada pessoa é única, e suas necessidades e desejos podem variar.
- Compreender a condição específica da deficiência intelectual e suas implicações.

Promova a educação sexual adequada

- Forneça informações educativas sobre o corpo, relacionamentos e segurança sexual.
- Utilize recursos visuais e materiais adaptados conforme necessário.

Estimule a participação em atividades sociais

- Facilite oportunidades para a pessoa interagir com seus pares, promovendo a inclusão social.

Esteja preparado para desafios emocionais

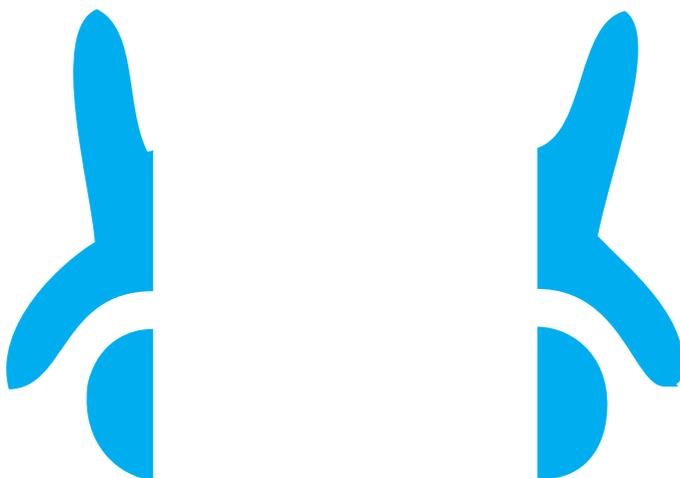
- Reconheça que podem surgir desafios emocionais ao abordar a sexualidade, e esteja preparado para lidar com essas situações com empatia.

Lembre-se de que cada pessoa é única, e a abordagem deve ser adaptada às necessidades individuais. A participação ativa e o apoio da família são fundamentais para ajudar a pessoa com deficiência intelectual a desenvolver uma compreensão saudável e positiva de sua sexualidade.



SAÚDE

REPRODUTIVA



SAÚDE REPRODUTIVA

Ao orientar sobre saúde reprodutiva, namoro e casamento, é crucial abordar esses temas de maneira aberta, inclusiva e respeitosa.

A saúde reprodutiva, são aspectos importantes da vida de qualquer pessoa, incluindo aquelas com deficiência intelectual.

Educação Sexual Adequada

- Proporcione uma educação sexual apropriada, adaptada ao nível de compreensão da pessoa. Use linguagem simples e visualizações se necessário.
- Ensine sobre o corpo, privacidade e higiene.

Consentimento

- Enfatize a importância do consentimento claro e mútuo em relacionamentos íntimos.
- Ajude a entender o que é apropriado e inapropriado em termos de toques e comportamentos.

Contracepção

- Discuta opções de contracepção e seu uso.
- Certifique-se de que compreendam as consequências de atividade sexual, incluindo a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.

Acesso a Serviços de Saúde

- Como familiar, lute, reivindique e ensine que sobre o acesso a serviços de saúde reprodutiva, existentes na saúde pública e privada.
- Facilite visitas ao médico e exames necessários, contribuindo para uma maior autonomia.

Namoro

- Promova a inclusão social e oportunidades para conhecer pessoas.
- Apoie atividades que incentivem a interação social de maneira segura.

Habilidades Sociais

- Oriente e ensine habilidades sociais, como iniciar conversas e interpretar sinais sociais.
- Ajude a desenvolver a capacidade de fazer escolhas informadas em relacionamentos.

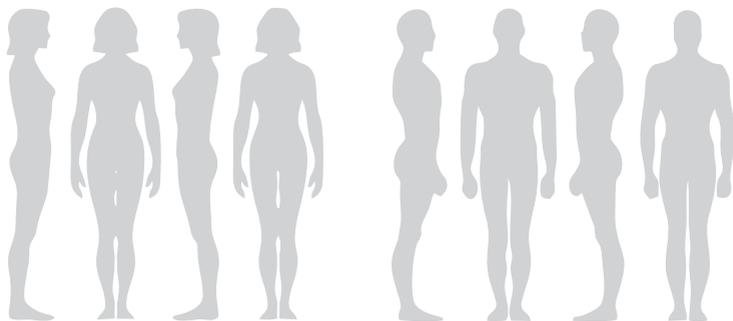
Apoio Familiar

- Oriente a família sobre a importância de apoiar relacionamentos saudáveis.
- Inclua a família no processo de ensino e apoio.

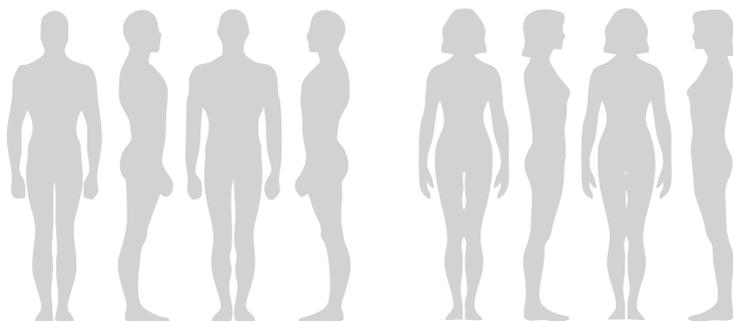
Casamento

- Ofereça programas de treinamento para habilidades matrimoniais, adaptados às necessidades específicas da pessoa.
- Garanta que haja apoio contínuo após o casamento.
- Ofereça aconselhamento e recursos para resolver desafios que possam surgir.
- Empodere a pessoa com deficiência intelectual para exercer seus direitos e tomar decisões relacionadas ao casamento.
- Certifique-se de que compreenderam seus direitos legais.
- Estimule a comunicação aberta entre parceiros e com profissionais de apoio.
- Crie um ambiente seguro para discutir preocupações e problemas.

Lembre-se que cada pessoa é única, e as abordagens devem ser adaptadas às suas necessidades individuais. Consultar profissionais de saúde, terapeutas e organizações especializadas em deficiência intelectual pode ser benéfico para oferecer suporte específico.



DESCOBERTAS E AUTOCONHECIMENTO DO CORPO



DESCOBERTAS E AUTOCONHECIMENTO DO CORPO

Como Orientar?

O processo de descobertas e autoconhecimento do corpo em pessoas com deficiência intelectual pode envolver desafios únicos, mas é fundamental abordá-lo com sensibilidade, paciência e estratégias adaptadas.

Abordagem individualizada

- Reconheça a singularidade de cada pessoa, levando em consideração suas habilidades, preferências e limitações. Cada indivíduo é único, e as estratégias de aprendizado podem variar significativamente.

Comunicação acessível

- Utilize formas de comunicação adaptadas às necessidades da pessoa, como linguagem de sinais, comunicação alternativa ou aumentativa (CAA), ou outros métodos que facilitem a compreensão.

Utilização de recursos visuais

- Recursos visuais, como imagens, vídeos e materiais táteis, podem ser eficazes para explicar conceitos relacionados ao corpo. Eles auxiliam na compreensão e reforçam a informação.

Experiências sensoriais

- Proporcione experiências sensoriais variadas para explorar diferentes sensações corporais. Isso pode incluir atividades táteis, auditivas, olfativas e visuais que ajudam a pessoa a desenvolver uma consciência corporal.

Atividades práticas e lúdicas

- Envolver a pessoa em atividades práticas e lúdicas relacionadas ao corpo pode tornar o processo mais envolvente e divertido. Jogos e atividades físicas adaptadas também podem ser benéficos.

Inclusão de terapeutas e profissionais especializados

- Envolver terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e outros profissionais especializados que possam oferecer suporte e estratégias específicas para desenvolver habilidades motoras e de consciência corporal.

Respeito ao ritmo individual

- Atenção ao ritmo de aprendizado da pessoa, adaptando as atividades de acordo com seu progresso. O respeito ao tempo individual é fundamental para promover um ambiente de aprendizado positivo.

Envolvimento da família e/ou cuidadores

- Forneça informações e estratégias para promover o desenvolvimento do autoconhecimento do corpo fora do ambiente terapêutico.

Lembre-se que é importante consultar profissionais da área da saúde e terapeutas especializados para criar estratégias personalizadas, levando em consideração as características específicas da pessoa com deficiência intelectual pode ser benéfico para oferecer suporte específico.

